



Instituto de Previdência dos
Servidores do Distrito Federal

Plano Anual de Compliance

Brasília - DF, 2026



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Governador
Ibaneis Rocha

Vice-Governadora
Celina Leão

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL

Diretora-presidente
Raquel Galvão Rodrigues da Silva

Diretora de Governança, Projetos e Compliance
Sylvia Neves Alves

Diretora de Administração e Finanças
Elaine de Fátima de Almeida Lima

Diretor de Previdência
Pedro Henrique Araújo Nabarrete Gabini

Diretor Jurídico
Radam Nakai Nunes

Diretor de Investimentos
Thiago Mendes Rodrigues

Controladoria
Maurílio de Freitas

Unidade de Atuária
Jucelina Santana da Silva

ELABORAÇÃO

PHELIPPE OTHON DIMATTEU MOTA OLIVEIRA ANA
CAROLINY DE OLIVEIRA PINHEIRO

EDIÇÃO GRÁFICA

Unidade de Comunicação Social



MENSAGEM DA DIRETORA-PRESIDENTE

A consolidação de uma gestão pública íntegra, transparente e orientada por boas práticas de governança constitui um compromisso permanente do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (Iprev-DF) com a sociedade e com seus segurados.

O Plano Anual de Compliance 2026 representa mais do que o atendimento a exigências normativas. Trata-se de um instrumento estratégico que fortalece a cultura de integridade institucional, aprimora os mecanismos de controle interno e contribui para a prevenção de riscos, irregularidades e fragilidades nos processos administrativos e previdenciários.

A implementação deste Plano reflete o amadurecimento da governança do Instituto, em consonância com as diretrizes do Pró-Gestão RPPS e com as melhores práticas nacionais e internacionais de compliance e gestão de riscos. Ao integrar planejamento, monitoramento e avaliação, ampliamos nossa capacidade de identificar vulnerabilidades, promover melhorias contínuas e assegurar maior segurança jurídica às decisões institucionais.

Ressaltamos que a efetividade das ações previstas depende do engajamento de todas as áreas e de cada servidor que compõe o Iprev-DF. A cultura de integridade deve permear o cotidiano da Instituição, orientando condutas, processos e decisões, sempre pautadas pelos princípios da legalidade, ética, eficiência e responsabilidade.

Ao fortalecer nossos instrumentos de governança, compliance e controle interno, reafirmamos o compromisso com a sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência Social, a proteção do patrimônio previdenciário e a prestação de um serviço público de qualidade, transparente e confiável.

Confiamos que o Plano Anual de Compliance 2026 contribuirá significativamente para o aprimoramento da gestão institucional e para a consolidação do Iprev-DF como referência em governança e integridade no âmbito da Administração Pública.

Raquel Galvão Rodrigues da Silva

SUMÁRIO

Mensagem da Alta Gestão	5
Introdução	6
Compliance no IPREV-DF	8
Plano Anual de Compliance	9
Execução de Compliance para 2026	10
Conclusão	11

MENSAGEM DA ALTA GESTÃO

A Alta Administração do Iprev-DF reafirma seu compromisso inegociável com a integridade, a transparência e a boa governança na gestão dos recursos previdenciários que lhe são confiados. O Plano de Compliance e de Auditoria de Conformidade ora apresentado representa mais do que uma exigência normativa: trata-se de um instrumento estratégico que fortalece a confiança dos segurados, servidores, órgãos de controle e de toda a sociedade no trabalho desempenhado por esta Autarquia.

A implementação deste plano reflete o amadurecimento institucional do Iprev-DF, em conformidade com as diretrizes do Pró-Gestão – Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS, e amplia nossa capacidade de identificar riscos, aprimorar controles, prevenir irregularidades e promover um ambiente organizacional ético e responsável.

A Alta Gestão reconhece que a efetividade deste plano depende diretamente do engajamento de todas as áreas e de cada servidor que compõe o Instituto. Por isso, reforçamos que a cultura de integridade deve ser parte integrante do dia a dia da instituição – orientando decisões, processos e comportamentos.

Ao fortalecer os mecanismos de controle, promover auditorias estruturadas e aprimorar continuamente nossos procedimentos, reafirmamos nosso compromisso com a sustentabilidade do regime próprio, com a proteção do patrimônio previdenciário e com a prestação de um serviço público de excelência.

Confiamos que esta iniciativa contribuirá significativamente para elevar a maturidade institucional do Iprev-DF e consolidar sua posição como referência em governança, compliance e gestão previdenciária.

INTRODUÇÃO

No contexto de uma administração pública cada vez mais orientada por resultados, transparência e responsabilidade institucional, a governança e o compliance consolidam-se como pilares estratégicos para o fortalecimento da confiança da sociedade nas instituições públicas. Em um ambiente marcado pela complexidade normativa, pela evolução dos riscos institucionais e pelo aumento das demandas sociais por eficiência e ética, torna-se imprescindível a adoção de estruturas modernas, integradas e preventivas que assegurem a conformidade, a integridade e a sustentabilidade da gestão pública.

A governança, compreendida como o conjunto de mecanismos, processos e relações que direcionam, monitoram e avaliam a atuação das organizações, vem sendo progressivamente incorporada ao setor público como instrumento essencial para o alinhamento entre planejamento, execução, controle e prestação de contas. Mais do que um modelo gerencial, ela representa uma mudança cultural orientada para a tomada de decisão baseada em evidências, gestão de riscos, accountability e geração de valor público.

Nesse cenário, o compliance público assume papel estratégico ao promover o alinhamento contínuo às leis, normas, princípios éticos e diretrizes institucionais, atuando de forma integrada à governança, à gestão de riscos e aos controles internos. Sua função transcende o simples cumprimento normativo, passando a abranger ações preventivas, educativas e estruturantes, capazes de fortalecer a cultura organizacional, reduzir vulnerabilidades, aprimorar processos e elevar o nível de maturidade institucional.

No âmbito do Governo do Distrito Federal, a institucionalização do compliance, especialmente a partir do Decreto Distrital nº 39.736, de 28 de março de 2019, estabeleceu diretrizes fundamentais para a consolidação da cultura de integridade na administração direta, autárquica e fundacional. Essa política pública está em consonância com a Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e com as melhores práticas nacionais e internacionais voltadas à prevenção de irregularidades, ao fortalecimento dos controles e à promoção de uma gestão pública ética, eficiente e responsável.

Diante desse contexto, o Plano Anual de Compliance 2026 surge, portanto, como ferramenta estratégica de planejamento, orientação e monitoramento das ações de integridade, alinhado ao planejamento institucional, às diretrizes do Governo do Distrito Federal e às melhores práticas de gestão pública.

Este Plano estabelece diretrizes, ações e mecanismos destinados ao fortalecimento do ambiente de controle, ao aprimoramento da gestão de riscos, à prevenção de irregularidades e à promoção de condutas éticas em todos os níveis organizacionais. Ao integrar tecnologia, capacitação continuada, monitoramento de indicadores e cultura organizacional, o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev-DF reafirma sua busca pela inovação, pela eficiência e pela consolidação de um ambiente íntegro, transparente e comprometido com o interesse público e com a proteção dos direitos previdenciários dos servidores do Distrito Federal.

COMPLIANCE NO IPREV-DF

O Plano de Compliance, conforme anteriormente exposto, tem por finalidade assegurar a atuação alinhada às leis, aos normativos e ao regulamento interno do Instituto, garantindo que todos os servidores, gestores, colaboradores, parceiros e fornecedores pautem suas atividades pelas regras que regem a Administração Pública e a Previdência Social.

Nesse contexto, destaca-se a Portaria nº 31, de 21 de maio de 2025, que instituiu o Subcomitê de Gestão de Riscos, com o propósito de estabelecer princípios, diretrizes, responsabilidades e o processo de gestão de riscos no âmbito do Iprev-DF. O Subcomitê de Gestão de Riscos, é um órgão colegiado de caráter consultivo e propositivo para questões relativas à Gestão de Riscos, subordinado ao Comitê Interno de Governança, cujo objetivo precípua é atuar na condução das ações de monitoramento, avaliação, revisão e aprimoramento contínuo dos processos voltados à identificação, análise, tratamento e comunicação dos riscos institucionais.

No que se refere às bases técnicas dos processos de gestão de riscos, adota-se como referência as normas ABNT NBR ISO 31000:2018 e ABNT NBR ISO 19011:2018 (substituindo a versão 2011), além do COSO – Internal Control Integrated Framework (2013). Esses referenciais constituem pilares fundamentais para os mecanismos de compliance, ao orientar a identificação de procedimentos, ações e documentos capazes de assegurar o alcance dos objetivos institucionais e a mitigação da exposição a riscos.

As atividades relacionadas ao compliance e ao gerenciamento de riscos são desenvolvidas de forma contínua e integrada ao processo organizacional, abrangendo todos os níveis hierárquicos e áreas funcionais. Incluem-se, nesse escopo, aprovações, autorizações, verificações, reconciliações, revisões de desempenho operacional, controles de segurança de recursos e segregação de funções. Todo esse esforço conta com a colaboração e o apoio da Controladoria, da Ouvidoria e da Unidade de Comunicação Social do Iprev-DF.

Dessa forma, consolida-se uma atuação conjunta e preventiva, orientada à análise e à manifestação acerca da conformidade dos atos de gestão, bem como das áreas de recursos humanos, orçamentárias, financeiras, contábeis e administrativas, reforçando o compromisso institucional com a integridade, a transparência e a boa governança pública.

PLANO ANUAL DE COMPLIANCE

Nesse sentido, a atualização do Plano Anual de Compliance tem como objetivo estabelecer diretrizes, metodologias e critérios para a condução das ações voltadas à promoção da integridade, ao fortalecimento dos controles internos e à verificação da conformidade no âmbito institucional.

Este instrumento possui a finalidade orientar, de forma sistematizada, a atuação da área de compliance, definindo as áreas, unidades e processos que serão submetidos a avaliação independente, sistemática e objetiva, destinada a verificar se determinado objeto - processo, atividade, transação financeira ou informação - está em conformidade com normas, leis, regulamentos, políticas internas e demais critérios previamente estabelecidos.

Conforme já mencionado, serão observados os princípios e as diretrizes das normas ISO 31000, que trata da gestão de riscos, e ISO 37301, que dispõe sobre sistemas de gestão de compliance, além da estrutura de governança e controle inerente ao Pró-Gestão RPPS.

O objetivo central é verificar, de forma sistemática, se a organização, seus processos e seus atos estão devidamente aderentes à legislação vigente, aos regulamentos, às normas internas e externas e aos padrões aplicáveis, identificando eventuais falhas, vulnerabilidades e riscos, bem como subsidiando a implementação de ações corretivas e preventivas.

Dessa forma, busca-se assegurar a legalidade, a ética, a eficiência operacional e a integridade institucional, contribuindo para a mitigação de riscos legais e reputacionais, o fortalecimento da confiança das partes interessadas e a promoção da melhoria contínua dos processos e práticas de governança do Iprev-DF.

EXECUÇÃO DE COMPLIANCE PARA 2026

O presente Plano Anual de Compliance tem como propósito não apenas verificar a conformidade dos processos internos do Iprev-DF, mas também fortalecer a governança institucional e aprimorar a gestão de riscos, contribuindo para a melhoria contínua das práticas administrativas e para a integridade dos procedimentos executados pelo Instituto.

Para o ciclo de 2026, foram selecionados os seguintes processos prioritários para a realização de avaliações de conformidade:

- **Cálculo e conferência dos proventos de benefícios**, realizado pela Diretoria de Previdência (DIPREV), compreendendo a análise da conformidade dos critérios de concessão, apuração dos valores, atualização dos benefícios e observância dos normativos previdenciários vigentes.
- **Processo de aquisição e compras**, realizado pela Diretoria de Administração e Finanças (DIAFI), abrangendo as fases de planejamento da contratação, instrução processual, seleção de fornecedores, execução contratual e pagamento, com foco na observância da legislação aplicável, dos normativos internos, dos princípios da legalidade, economicidade, transparência e mitigação de riscos de integridade.

A execução das avaliações será precedida de reuniões técnicas entre os membros da Coordenação de Governança e Integridade, com o objetivo de construir uma estratégia integrada de auditoria, definir o escopo das atividades e elaborar o respectivo plano de auditoria de conformidade.

Demandas extraordinárias encaminhadas pela Controladoria ou pela Ouvidoria do Instituto serão analisadas e tratadas nos intervalos do cronograma estabelecido. Caso apresentem caráter urgente ou risco relevante para a gestão, sua priorização poderá ser imediata, acarretando ajustes no planejamento deste Plano, sempre que necessário para garantir a eficiência e a tempestividade das ações de compliance.

CONCLUSÃO

A responsabilidade pela gestão eficiente, íntegra e transparente dos recursos públicos é inerente aos órgãos da Administração e aos servidores que os compõem. No âmbito previdenciário, esse compromisso assume relevância ainda maior, uma vez que envolve a proteção do patrimônio coletivo e a garantia da sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência Social. Nesse contexto, a boa governança, a prestação de contas (accountability) e a transparência constituem pilares indispensáveis para assegurar que os recursos geridos pelo Iprev-DF sejam aplicados adequadamente e revertidos em benefício direto da sociedade.

A avaliação de conformidade, enquanto instrumento independente, sistemático e objetivo, desempenha papel fundamental no fortalecimento desses pilares. Por meio da avaliação da aderência dos processos, atos administrativos e decisões às normas legais, regulatórias e internas, a auditoria contribui para aprimorar a integridade institucional e reforçar práticas de gestão alinhadas aos princípios da eficiência, legalidade e ética. Esse processo está em consonância com as melhores práticas previstas nas normas ISO 37301 (Sistemas de Gestão de Compliance) e ISO 31000 (Gestão de Riscos), bem como com a estrutura de governança do Pró-Gestão RPPS.

As avaliações previstas no Plano Anual de Compliance 2026 foram definidas de acordo com sua relevância estratégica e impacto sobre a regularidade e a segurança jurídica das ações institucionais.

A verificação da conformidade nesses processos permite não apenas avaliar a aderência às exigências legais e regulatórias, mas também identificar fragilidades, riscos, inconsistências e oportunidades de aprimoramento que possam impactar a eficiência operacional e financeira da instituição. Com isso, fortalece-se o sistema de controles internos, mitigam-se riscos institucionais e ampliam-se as garantias de sustentabilidade previdenciária.

A execução deste Plano contribui, ainda, para a consolidação de uma cultura organizacional baseada na integridade, na responsabilidade e na melhoria contínua. Recomenda-se que as constatações e recomendações decorrentes das avaliações sejam tratadas tempestivamente, orientando ações corretivas e preventivas capazes de aperfeiçoar a governança institucional, promover maior eficiência e assegurar conformidade permanente.

Por fim, a avaliação de conformidade reafirma-se como ferramenta essencial para o fortalecimento da gestão pública previdenciária, ao promover credibilidade, confiança e segurança jurídica no âmbito do Iprev-DF, garantindo que as atividades desempenhadas estejam sempre alinhadas ao interesse público e à sustentabilidade de longo prazo do Regime Próprio de Previdência Social.



Instituto de Previdência dos
Servidores do Distrito Federal